

Formando os discentes no combate à tortura e aos maus tratos: o protocolo facultativo à Convenção da ONU contra a tortura como ferramenta de trabalho

Bianca Souto do Nascimento¹, Gustavo Barbosa de Mesquita Batista², Gustavo Luiz de Andrade³, Isadora Pereira de Souza Guerra⁴, Mariana Lima Maia⁵

A absoluta proibição da tortura e outros maus tratos é prevista pelo direito internacional consuetudinário, sendo obrigatória para todos os Estados, independentemente da ratificação de algum instrumento de Direitos Humanos. Apesar do consenso da comunidade internacional sobre o seu status, a tortura nunca foi erradicada, estando especialmente presente nas instituições de privação de liberdade, lugares que estão fechados ao mundo exterior, deixando as pessoas institucionalizadas muitas vezes sujeitas às arbitrariedades das autoridades responsáveis. No Brasil, esta situação é particularmente precária, tendo em vista a superpopulação carcerária e a herança nefasta dos anos de chumbo. Diante deste cenário, faz-se necessário adotar medidas para tornar efetivos os mecanismos de proteção de que dispomos. O Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a tortura é um instrumento inovador, pois procura combatê-la por meio da prevenção e da cooperação entre os mecanismos internacionais e os Estados signatários. O protocolo impõe a implantação de mecanismos nacionais que devem realizar visitas regulares às instituições de privação de liberdade, identificar fatores de risco e fazer recomendações ao Estado. No Brasil, há ainda os comitês estaduais de prevenção e combate à tortura. Entretanto, o da Paraíba enfrenta graves dificuldades de funcionamento por falta de sede, recursos e gestão. Atento a essa realidade, nosso projeto de extensão tem como uma de suas linhas de atuação a capacitação dos extensionistas quanto ao Protocolo Facultativo, com o objetivo de oferecer apoio ao comitê estadual na realização do mapeamento da tortura na Paraíba e na conscientização da sociedade civil. Num primeiro momento, os extensionistas foram introduzidos à moldura institucional do Protocolo Facultativo por meio do estudo em grupos de discussão do seu manual de implementação. Para colocar a teoria em perspectiva com a realidade, organizamos um curso de extensão envolvendo autoridades, ativistas e estudiosos da área. O primeiro encontro contou com a participação da Pastoral Carcerária, organização católica tradicionalmente envolvida na luta contra a tortura, e de Duciran Farena, ex-coordenador geral do comitê estadual. Demonstrando a diversidade da nossa

¹ Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, bolsista do projeto de extensão “Divulgação, Capacitação e Consolidação de Estratégias para o Funcionamento dos Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba”, bihsouto@gmail.com.

² Professor do Departamento de Direito Público do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, coordenador do projeto de extensão “Divulgação, Capacitação e Consolidação de Estratégias para o Funcionamento dos Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba”, gustavobm.batista@gmail.com.

³ Graduando do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, colaborador do projeto de extensão “Divulgação, Capacitação e Consolidação de Estratégias para o Funcionamento dos Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba”, gus200@gmail.com.

⁴ Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, bolsista do projeto de extensão “Divulgação, Capacitação e Consolidação de Estratégias para o Funcionamento dos Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba”, isadorapsguerra@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, colaboradora do projeto de extensão “Divulgação, Capacitação e Consolidação de Estratégias para o Funcionamento dos Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba”, marianamaia3@gmail.com.

metodologia de trabalho, também organizamos uma sessão cinematográfica com a exibição do documentário “Sem Pena”, dirigido por Eugênio Puppó. A película retrata a precária vida das pessoas presas e a crise do sistema penitenciário brasileiro. Ademais, a participação em eventos acadêmicos mostrou-se uma forma de aprofundar o conhecimento obtido e divulgá-lo com a comunidade científica e a sociedade civil. Como resultado, os extensionistas já dispõem do arcabouço teórico necessário para concretizar as outras linhas de atuação do projeto de extensão, quais sejam as visitas às instituições de privação de liberdade e os trabalhos de conscientização da população. Assim, a Universidade abraça o combate à tortura, cumprindo sua função de intervenção social.

Palavras-chaves: Educação em/para Direitos Humanos, tortura e maus tratos, privação da liberdade, Protocolo Facultativo.